



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

CONTRATO TRE-PI Nº 59/2010

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
DE ACESSO À INTERNET, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PIAUÍ E A EMPRESA
AMPLANET LTDA.**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, sob o nº 05.957.363/0001-33, situado na Praça Des. Edgar Nogueira, s/n, em Teresina - PI, neste ato representado por seu **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, Sidnei Antunes Ribeiro**, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 239.482.563-49, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria TRE-PI nº 417/2006 publicada no Diário de Justiça do Estado do Piauí de nº 5.601, de sete de abril de 2006, na sequência designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **AMPLANET LTDA.-ME**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 04.812.045/0001-11, estabelecida na Av. Ininga, nº 1201, Riverside Shopping, Loja 392, Jockey Clube, em Teresina-PI, CEP: 64.048-110, com fone/fax: (86) 2107-3800 e (86) 8838-3966, representada neste ato pela Sra. **Célia Soares de Alvarenga**, brasileira, casada, CPF: 340.994.333-15, CI: 896.369 – SSP-PI, aqui designado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE ACESSO À INTERNET**, por **dispensa de licitação**, com fulcro no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, em conformidade com o Processo Administrativo nº 288/2010 – COAAD (SADP: 28780/2010), e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Contratação de empresa para a prestação do serviço de acesso à internet em alta velocidade através da disponibilização de 2 (DUAS) conexões de banda larga, com velocidade igual ou superior a 1 Mbps, em circuito ininterrupto, conforme especificações do projeto básico.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência a partir da expedição da ordem de serviço pela COAAD até a data limite para prestação dos serviços para o primeiro turno ou da data limite para prestação dos serviços para primeiro e segundo turnos, se houver.

As 2 (DUAS) conexões de banda larga deverão estar instaladas a partir de 01/10/2010, sendo que permanecerá até 07/10/2010, se houver apenas o 1º Turno das Eleições GERAIS 2010, ou até 04/11/2010, se houver o 2º Turno das Eleições GERAIS 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do objeto deste CONTRATO correrá à conta do Programa de Trabalho nº 02.061.0570.4269.0001 – Pleitos Eleitorais, no Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela prestação dos serviços objeto do presente instrumento a importância de R\$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado, no mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, no prazo de até 10 (dez) dias da protocolização no Protocolo Geral do TRE-PI e após atestado, pelo Fiscal do Contrato, a prestação efetiva dos serviços contratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONTRATANTE se reserva o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do Fiscal do Contrato, este verificar que os serviços foram executados em desacordo com a especificação apresentada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura e/ou circunstâncias que impeçam liquidação da despesa, aquela será devolvida para que a empresa providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO QUARTO - Nas hipóteses dos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e a reapresentação da Nota Fiscal/Fatura, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, atualização monetária ou aplicação de penalidade ao TRE-PI.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica a CONTRATADA ciente que por ocasião do pagamento será verificada a regularidade perante o Fisco Federal.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O valor pago à CONTRATADA sofrerá todas as retenções e descontos legais.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Os preços inicialmente contratados não poderão ser reajustados.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

Na fiscalização do contrato deverão ser observadas as determinações da Resolução TRE/PI nº 146/2008, que trata da fiscalização de contratos no âmbito deste Regional, sendo o fiscal designado conforme os artigos 2º e 5º dessa mesma resolução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A existência de Fiscalização do CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto deste contrato e suas consequências e implicações próximas ou remotas

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fiscalização da execução dos serviços deve ficar a cargo do Chefe do Serviço de Imprensa e Comunicação Social do TRE-PI.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, solicitando a imediata correção de eventuais irregularidades que venham a surgir;

b) Comunicar à CONTRATADA as alterações que entender necessárias à realização do objeto do presente contrato;

c) Efetuar o pagamento dos serviços prestados, nas condições e preços pactuados, em até 10 dias da protocolização, no Protocolo do Tribunal, da Nota fiscal / Fatura, verificada a regularidade e a certificação da mesma.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato na forma e nas condições estipuladas, neste instrumento, bem como nos termos do Processo Administrativo nº 288/2010 e da

proposta apresentada pela empresa à fl.30 do mencionado processo, no que não lhe contrarie, e, ainda, ao seguinte:

- a) A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução dos serviços, bem como pelo cumprimento dos termos do contrato e legislação correlata vigente;
- b) A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos necessários à efetiva prestação do serviço, tais como modems, roteadores e outros que se façam necessários.
- c) Não transferir a outrem os serviços objeto do presente contrato, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência do TRE/PI;
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, inclusive o transporte. Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste contrato serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;
- e) Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas para contratação com a Administração Pública;
- f) Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço;
- g) Disponibilizar contato técnico para o caso de falhas durante a prestação dos serviços;
- h) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Justiça Eleitoral na prestação do serviço;
- i) Prestar todas as informações acerca dos serviços, sempre que forem solicitadas pela CONTRATANTE;

CLÁUSULA NONA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Será prestado serviço de acesso à internet em alta velocidade através da disponibilização de 2 (DUAS) conexões de banda larga, com velocidade igual ou superior a 1 Mbps, em circuito ininterrupto, a serem instaladas na Sede do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ, localizado à Praça Des. Edgard Nogueira, S/N, Centro Cívico, Bairro: Cabral, Teresina-PI, devendo a CONTRATADA fornecer todos os equipamentos necessários à efetiva prestação do serviço, tais como modems, roteadores e outros que se façam necessários.

PARÁGRAFO ÚNICO - As 2 (DUAS) conexões de banda larga deverão estar instaladas a partir de 01/10/2010, sendo que permanecerá até 07/10/2010, se houver apenas o 1º Turno das GERAIS 2010, ou até 04/11/2010, se houver o 2º Turno das Eleições GERAIS 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá aplicar, mediante publicação no Diário Oficial da União, com exceção da Advertência e da Multa, as seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - No caso de infração continuada (que se repete a cada dia), multa administrativa de 1% (um por cento) do valor do contrato por cada dia de descumprimento de obrigação assumida no contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).
- III - Multa Administrativa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, pela infração de qualquer cláusula contratual;
- IV - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por prazo não superior a dois anos;
- V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública

enquanto perdurarem os motivos determinantes da sua punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se o licitante multado não recolher o valor da multa que eventualmente lhe tenha sido imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da Notificação, o mesmo será automaticamente descontado da Fatura a que fizer "jus", ou na hipótese de não mais possuir créditos junto ao TRE-PI, será o valor acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

PARÁGRAFO QUARTO - As multas previstas nesta Cláusula não terão caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato nas hipóteses previstas no art. 78, inc. I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA o direito a qualquer indenização, ressalvados os casos especificados no art. 79, § 2º, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos casos enumerados nos inc. I a XII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, a rescisão dar-se-á por ato unilateral da Administração, mediante Notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, ainda, nos casos previstos no art. 78, XIII a XVI, da Lei nº 8.666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente instrumento não poderá ser objeto de cessão ou transferência, inclusive nos casos de cisão, incorporação ou fusão, no todo ou em parte, sem expressa anuência do CONTRATANTE.

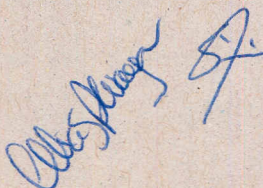
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos do presente instrumento serão dirimidos com aplicação da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como de legislação extravagante aplicável ao caso e dos princípios gerais do direito público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Para dirimir questões derivadas deste Contrato, fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

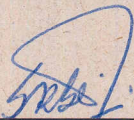
E por estar acordado, depois de lido foi o presente Contrato lavrado em quatro cópias, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.



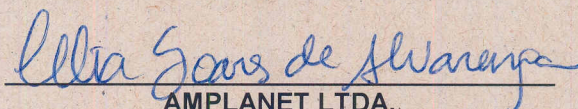
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Seguem em anexo e são partes integrantes deste instrumento contratual o seguinte documento: Proposta definitiva apresentada pela CONTRATADA e o Projeto Básico.

Teresina, 1º de outubro de 2010.

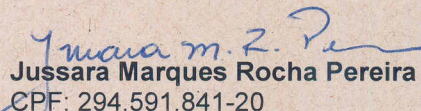


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
Sidnei Antunes Ribeiro
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças.




AMPLANET LTDA.
Célia Soares de Alvarenga
Sócia

TESTEMUNHAS:



Jussara Marques Rocha Pereira
CPF: 294.591.841-20



Wênica da Silva Moura
CPF: 899.784.713-91

ANEXO I

PROJETO BÁSICO N.º 20/2010 – ELEIÇÕES/2010 (Lei nº 8.666/93, art. 6º, inc. IX)

INTERNET BANDA LARGA

1- DO OBJETO

Contratação de empresa para a prestação do serviço de acesso à internet em alta velocidade através da disponibilização de 2 (DUAS) conexões de banda larga, com velocidade igual ou superior a 1 Mbps, em circuito ininterrupto.

2- DA JUSTIFICATIVA

Tal contratação se faz necessária em face da necessidade de disponibilização de acesso à internet para o Centro de Imprensa, instalado provisoriamente na sede deste TRE-PI durante a realização dos Pleitos, a fim de que o Serviço de Imprensa e os profissionais de comunicação, devidamente cadastrados e com o uso de senhas, possam se comunicar com as suas respectivas sedes, através do acesso à internet, visto que as vésperas e no dia da eleição a rede do deste TRE-PI fica isolada da **Web** por questões de segurança.

3- DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

Trata-se da prestação do serviço de acesso à internet em alta velocidade através da disponibilização de 2 (DUAS) conexões de banda larga, com velocidade igual ou superior a 1 Mbps, em circuito ininterrupto, a serem instaladas na Sede do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ, localizado à Praça Des. Edgard Nogueira, S/N, Centro Cívico, Bairro: Cabral, Teresina-PI, devendo a Contratada fornecer todos os equipamentos necessários à efetiva prestação do serviço, tais como modems, roteadores e outros que se façam necessários.

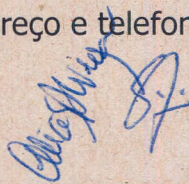
4- DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

As 2 (DUAS) conexões de banda larga deverão estar instaladas a partir de 01/10/2010, sendo que permanecerá até 07/10/2010, se houver apenas o 1º Turno das GERAIS 2010, ou até 04/11/2010, se houver o 2º Turno das Eleições GERAIS 2010.

5- DO ORÇAMENTO:

A proponente contratada encaminhará à contratante proposta de preços para o serviço objeto do presente Projeto Básico, contendo, no mínimo, os seguintes itens:

- a) Nome ou Razão Social, CNPJ, endereço e telefone(s);



- b) Assinatura do agente responsável e o cargo que ocupa;
- c) A validade da proposta, não inferior a 60 dias;
- d) Os valores individuais relativos à habilitação de cada conexão e do serviço;
- e) Os valores correspondentes aos serviços prestados para um período de 07 (sete) dias e para um período de 35(trinta e cinco dias) dias.

6- DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetivado em até 10 dias após a protocolização da Nota Fiscal no Protocolo Geral do TRE-PI e certificação da prestação dos serviços pelo fiscal

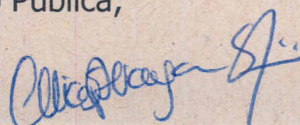
7- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) **Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, solicitando a imediata correção de eventuais irregularidades que venham a surgir;**
- b) **Comunicar à CONTRATADA as alterações que entender necessárias à realização do objeto do presente Projeto Básico;**
- c) **Efetuar o pagamento dos serviços prestados, nas condições e preços pactuados, em até 10 dias da protocolização, no Protocolo do Tribunal, da Nota fiscal / Fatura, verificada a regularidade e a certificação da mesma.**

8- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a executar os serviços conforme disciplinado neste Projeto Básico, com zelo e perfeição, acatando as determinações da fiscalização da CONTRATANTE, sem prejuízo de sua própria fiscalização, como também:

- a) A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução dos serviços, bem como pelo cumprimento dos termos do contrato e legislação correlata vigente;
- b) A contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários à efetiva prestação do serviço, tais como modems, roteadores e outros que se façam necessários.
- c) não transferir a outrem os serviços objeto do presente contrato, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência do TRE/PI;
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante, inclusive o transporte. Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste projeto serão de exclusiva responsabilidade da Contratada;
- e) Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas para contratação com a Administração Pública;



- f) Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço;
- g) Disponibilizar contato técnico para o caso de falhas durante a prestação dos serviços;
- h) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Justiça Eleitoral na prestação do serviço;
- i) Prestar todas as informações acerca dos serviços, sempre que forem solicitadas pela CONTRATANTE;

9- DA FISCALIZAÇÃO:

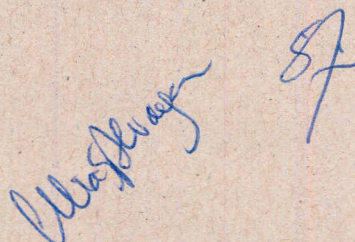
Serão nomeados pela Administração Superior deste Regional o fiscal e seu substituto, aos quais caberá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, observando as determinações da Resolução TRE/PI nº 146/2008, que regulamenta a fiscalização de contratos administrativos no âmbito deste Regional.

Teresina-PI, 02 de agosto de 2010.

Euchardes de Castro Costa
Seção de Comunicação do TRE/PI

Visto:

Willams Costa
Chefe do Serviço de Imprensa e Comunicação Social do TRE-PI



ANEXO II



Vimos por meio desta encaminhar nossa proposta de provimento de acesso à dados, internet para esta instituição.

O I-Max é o serviço de internet banda larga da AMPLANET focado em trazer soluções de uma forma segura e de fácil acesso.

Oferecemos um serviço acesso a internet, com o equipamento hoje trabalhado de alta tecnologia, proporciona estabilidade no sinal, garantindo assim a qualidade nos serviços.

Proposta que se refere ao período de 01/10/2010 à 05/11/2010, independente se houver apenas o 1º turno a proposta é a mesma.

Serviços

Item	Descrição	Qtd	V.Unit R\$	V. Total R\$
02	Acesso à internet 1mega dedicado 100% + IP válido + equipamentos + atendimento (mensal cada)	02	1.920,00	3.840,00
04	Instalação + habilitação (cada)	01	isento	isento


AMPLANET LTDA


Gerente comercial: Joelma de Araújo Ramos
86 - 8838-3966

Amplanet Ltda - Riverside Shopping - Av Ininga, 1201
Fone: 86.2106-3800/ 8838-3966 - Teresina - PI

Empresa

Recebido em:
<i>12 / 10 / 10</i>
As _____ horas
via <i>Ex'po</i>
Assinatura